



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 020/2008
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9

10 Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e oito, às 09:25 h (nove horas e vinte e cinco
11 minutos) teve início, na sede do PREVIMPA situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a centésima
12 nonagésima sétima reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros
13 Sérgio Luiz Brum, como presidente, e Gilmar Cardozo dos Santos, como Secretário. Estavam
14 presentes os conselheiros titulares Adeldo Rohr, Adriana Nunes Paltian, Carlos Adolfo Bernd, Cesar
15 Marques Sarmiento, Cláudio Meirelles Lago, Jardel de Borba Cunha, Liége Mentz, Lourdes
16 Veneranda Camaratta, Marcos Antônio Saraçol Pereira, Maria Luíza Zanotta Urbanetto, Maris
17 Regina Vieira Honaiser, Omar Azambuja Condotta, Sueli de Fátima Mousquer, Valeska do Canto
18 Donini Zorawski, e Vera Anita Silva da Conceição e os conselheiros suplentes Jusselia Bengert
19 Lima, Carlos Alberto Neis, João Carlos Prates, Idalina Fagundes Venturini, Antônio da Motta
20 Gonçalves e Alexandre Miguel. Estavam presentes também o Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti e
21 o Diretor Administrativo-Financeiro Alex Fernando da Trindade. Iniciada a reunião o presidente
22 Sérgio Brum registra e agradece a presença da presidenta do Sindicato dos Municípios de Porto
23 Alegre - SIMPA, Sra Carmem Padilha, sugerindo a inversão da ordem do dia a fim de prestigiar a
24 presença da convidada. Relata que o Conselho de Administração, na reunião do dia 10.06.2008,
25 discutiu sobre o processo de renovação do convênio com a Associação dos Funcionários Municipais
26 de Porto Alegre - AFM e durante aquela sessão foi comentado o fato de que os servidores
27 municipais que tem mais condições buscam convênio com outras instituições e foi manifestada
28 preocupação quanto aos serviços oferecidos pela AFM. Manifesta que o Conselho de
29 Administração, preocupado com a saúde dos municípios, decidiu discutir o assunto com o SIMPA
30 e também com a AFM; em seguida passa a palavra para a Sra. Carmem Padilha. A Sra. Carmem
31 Padilha saúda o colegiado e a Direção do PREVIMPA, agradecendo o convite considerando de
32 suma importância os espaços que são concedidos para discussão do IAMPA, que é uma demanda de
33 toda a categoria. Relata que a luta pelo IAMPA iniciou em 2006, quando foi aprovado em
34 assembléia geral dos municípios; época em que também se discutia a reorganização do SIMPA e
35 ainda não havia sido eleita a chapa que presidiria o sindicato. Passados dois anos a luta pela
36 implantação do IAMPA foi ratificada, como uma demanda de todos municípios. Relata que
37 durante a greve ocorrida em 2007 os municípios tinham duas prioridades: reajuste salarial e
38 assistência em saúde. Manifesta que inicialmente somente uma parcela restrita do municípios
39 tinha conhecimento sobre o IAMPA e atualmente é uma aspiração da categoria, vista a importância
40 da assistência em saúde. Explica que a autarquia para assistência em saúde foi criada em 1991,
41 porém nunca se concretizou. Em 2006 foi iniciada a discussão sobre o assunto tendo como exemplo
42 de organização o IPE – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, uma autarquia
43 com gestão compartilhada, com contribuição dos servidores bem como do Executivo Municipal e
44 que seriam contratados serviços médicos, hospitais, prestadores de serviços de saúde e também
45 medicina preventiva. Manifesta que neste processo houve dificuldade legal visto que na Lei
46 Municipal 6819/91, que cria o Instituto de Assistência do Município de Porto Alegre –IAMPA está
47 expresso que no momento em que o Sistema Único de Saúde for implantado no Município de Porto
48 Alegre o Instituto deixaria de existir. Informa que o SIMPA tencionou a Câmara Municipal de Porto
49 Alegre, no intuito de alterar a legislação visto que o SUS apresenta dificuldades de atendimento.
50 Manifesta que atualmente os municípios dividem-se em três grupos quanto às alternativas para

51 serviço de saúde: os que têm condições para contratar planos privados, os que buscam serviço da
52 AFM e os que não tem condições e são atendidos pelo SUS. Salieta o fato da categoria dos
53 municipais apresentar uma parcela envelhecida, necessitando de assistência adequada. Manifesta
54 que o convênio com a AFM, além do atendimento aos associados, oferece serviços emergenciais a
55 todos os municipais. Tem conhecimento de inúmeras queixas quanto ao atendimento da AFM que
56 não cabe discutir no presente momento. Manifesta que a proposta do SIMPA não é o fechamento da
57 AFM, que inclusive é a única entidade que ainda assiste aos municipais enquanto não se tem
58 alternativa concreta. Relata que o SIMPA se comprometeu em aprofundar o debate sobre assistência
59 em saúde, verificar os serviços prestados pela AFM a fim de que para a próxima renovação do
60 convênio se tivesse uma melhor noção da realidade. Entende que mesmo com a implantação do
61 IAMPA a AFM poderia continuar prestando serviços de saúde tendo uma relação privilegiada com
62 o IAMPA, a exemplo do Hospital Ernesto Dornelles em relação ao IPE, sem necessidade de
63 fechamento do Hospital Porto Alegre. O objetivo da luta do SIMPA pela constituição do IAMPA é
64 qualificar e garantir a universalidade dos serviços através de uma entidade pública administrada
65 pelos municipais. Relata que a partir da greve ocorrida em junho de 2007, foi iniciado o debate
66 com o governo e organizado um grupo paritário entre o SIMPA e a Administração Municipal, a fim
67 de aprofundar o conhecimento sobre institutos de saúde. Exemplifica que alguns municípios como
68 Novo Hamburgo e Campo Bom, já possuem entidade nestes moldes. Relata que o grupo de trabalho
69 que foi organizado desenvolveu seminários e trabalhou o assunto até que foi necessário cálculo
70 atuarial para avaliação do projeto. Em fevereiro de 2008, ocorreu a licitação para a contratação de
71 empresa para elaboração do cálculo atuarial, contudo a Procuradoria Geral do Município não
72 aprovou a empresa vencedora da licitação e o cálculo necessário não foi elaborado; dessa forma a
73 situação não foi solucionada. Entende que foi uma atitude protelatória por parte da Administração
74 Municipal, pois as negociações não avançaram. Relata também que o SIMPA estava em negociação
75 com a Câmara Municipal a fim de alterar a Lei 6819/91, contudo o Executivo Municipal vem
76 atuando no sentido de não alterar a legislação, porque ainda não se tem o cálculo atuarial, dessa
77 forma ainda permanece o obstáculo legal. Conclui que o espaço concedido é importante para
78 demonstrar a preocupação da categoria e buscar apoio para um objetivo que vem em benefício de
79 todos municipais, a fim de que o PREVIMPA também colabore para organização do IAMPA.
80 Aberto espaço para manifestação a conselheira Idalina considera que a categoria tem que se unir a
81 fim de que os servidores menos favorecidos também possam ter assistência em saúde. Manifesta
82 que tem boas referências pessoais dos serviços oferecidos pela AFM, mas também tem
83 conhecimento de relatos negativos. Considera que para o IAMPA poder se concretizar a
84 contribuição deve ser de acordo com a remuneração dos servidores. O conselheiro Alexandre
85 Miguel relata que, enquanto representante do CORES, participou de caminhadas divulgando o
86 IAMPA e verificou uma boa receptividade da categoria para concretização da proposta. Informa
87 que o instituto de saúde do município de Novo Hamburgo, que tem menos servidores do que o
88 Município de Porto Alegre, as contribuições funcionais são em torno de R\$ 30,00. Em relação ao
89 convênio com a AFM considera que o valor de R\$ 1.200.000,00, repassado pela Administração
90 Municipal, está defasado e se houvesse um aporte maior também poderiam ser oferecidos melhores
91 serviços. Manifesta indignação com o descaso do governo municipal para avançar nas negociações
92 além da dificuldade legal que o assunto apresenta. A conselheira Maris Honaiser considera que é
93 um importante momento para repensar a luta dos municipais, pois há dez anos o sindicato não
94 atendia à categoria em sua plenitude. Hoje a realidade é outra, orgulha-se do SIMPA visto que o
95 sindicato é uma ferramenta de luta dos servidores. Considera que os municipais que tem mais
96 condições procuram convênios com instituições privadas e os servidores menos favorecidos muitas
97 vezes têm que procurar os serviços oferecidos pelo SUS. Alerta também que muitos servidores que
98 trabalham em atividades operacionais já estão em idade avançada e necessitam de assistência
99 especial. Considera que os municipais têm que agir solidariamente, pensando também nos que
100 têm menos condições. Reafirma que é um importante momento para se refletir sobre o assunto e
101 buscar aliados como o Conselho de Administração do PREVIMPA e a AFM. Lamenta que na

102 presente sessão não pôde comparecer o representante da AFM e considera que a Associação precisa
103 ser recuperada, visto que em última análise a Associação pertence aos municipais. Manifesta que
104 a categoria já optou pelo IAMPA, e se houver uma união de esforços pode ser concretizado.
105 Considera que o governo não está tratando o assunto com seriedade e alerta para que todos se
106 mobilizem para a concretização de um sonho da categoria municipal. O Diretor-Geral Luiz
107 Fernando Rigotti saúda a presença da representante do SIMPA. Manifesta que a questão da saúde
108 dos municipais é muito importante. Relata que quando estava se discutindo a saúde dos
109 municipais, inclusive grupos para discussões nesse sentido haviam se formado, ocorreram as
110 reformas da previdência e a atenção ficou mais voltada aos assuntos previdenciários. Manifesta que
111 quando se discute saúde pública passa-se pela questão básica de sustentabilidade. O Município há
112 vinte anos não reajusta os valores repassados à AFM, dessa forma se torna inviável um plano de
113 saúde que atenda todos servidores e seus dependentes com contribuição de R\$ 1.200.000,00.
114 Considera que o assunto deve ser debatido com outros institutos, exemplificando que no Município
115 de Caxias do Sul as contribuições para fins de previdência e saúde são separadas, visto que aquela é
116 compulsória. Considera que os institutos conquistam novos sócios pela competência dos serviços
117 prestados. Relata que dos institutos de saúde que tem conhecimento o instituto do município de
118 Santa Maria iniciou com déficit e atualmente oferece planos bem interessantes. Considera
119 importante a elaboração do cálculo atuarial a fim de ser avaliada a viabilidade do instituto. Expõe
120 que o setor público tem uma diversidade de servidores, exemplificando que muitos servidores do
121 Município já possuem convênio com o IPE e esses dados precisam ser avaliados. Manifesta que o
122 PREVIMPA tem um profundo interesse pela saúde dos municipais alertando que as
123 aposentadorias por invalidez já atingem o percentual de 40%. A conselheira Maria Luiza solicita
124 detalhamento sobre o projeto do IAMPA, pergunta se a autarquia seria somente para gerenciamento
125 havendo possibilidade de licitação com outras instituições e se haveria uma fusão com a AFM. O
126 Diretor Administrativo-Financeiro Alex da Trindade manifesta preocupação com as questões legais
127 do IAMPA. Exemplifica que no caso do Município de Campo Bom há contribuição compulsória
128 para fins de previdência e saúde e tem ocasionado ações judiciais quanto a compulsoriedade de
129 contribuição para saúde. Expõe que cada município vem se manifestando em relação à saúde dos
130 servidores, mas ainda não houve pronunciamento do Executivo Municipal de Porto Alegre.
131 Considera que o modelo de contribuição de acordo com a remuneração parece o mais justo e
132 também atrairia servidores que já possuem outros planos privados. Expõe que a PGM verificou
133 empecilhos na contratação de empresa para elaboração do cálculo atuarial e considera que a
134 assessoria jurídica do SIMPA poderia consultar o PREVIMPA quanto à contratação visto que a
135 Autarquia anualmente realiza estudos atuariais. O presidente Sérgio Brum expõe que há empresas
136 privadas que contratam planos básicos de saúde para seus funcionários e o Município de Porto
137 Alegre poderia adotar a mesma dinâmica. Manifesta que se a Administração Municipal repassasse
138 um percentual maior a AFM também poderia oferecer melhores serviços. Considera que a
139 Administração vem se eximindo de sua responsabilidade e entende que o IAMPA é uma boa
140 alternativa. O conselheiro Cesar considera que o SIMPA não pode desistir de buscar mais
141 entendimento sobre o assunto. Alerta que mesmo os servidores que possuem planos de saúde
142 privados já estão vivenciando o esgotamento da capacidade para atendimento para serviços de
143 saúde preventiva. Considera que o SIMPA deve aprofundar o debate e buscar alternativas para a
144 questão da saúde dos municipais. A Sra. Carmem Padilha manifesta que o SIMPA não vai desistir
145 da causa, procurou demonstrar as dificuldades do projeto diante das medidas protelatórias da
146 Administração Municipal, pois considera que falta vontade política para solucionar a questão.
147 Quando se almeja o IAMPA é por ser um instituto público sem necessidade de contratar planos
148 privados, que visam o lucro. Relata que a Administração Municipal iniciou o debate sobre plano de
149 saúde oferecendo convênio com a Ulbra Saúde que apresenta custo elevado, em torno de R\$ 100,00
150 mensais, sendo inviável para as categorias menos privilegiadas. Manifesta que a lei que criou o
151 IAMPA não traz expressamente como a autarquia irá funcionar. A idéia inicial é contratar
152 prestadores de serviços, não teria necessariamente que incorporar a AFM podendo haver uma

153 relação de conveniado privilegiado. Ratifica que o SIMPA não quer o fechamento da AFM.
154 Manifesta que somente depois do estudo atuarial poderá ser projetada a operacionalização do
155 IAMPA, pois não há previsão na lei que criou o instituto. Exemplifica que no caso do IPE havia
156 contribuição conjunta para saúde e previdência e o governo estadual não repassava os valores
157 referentes aos serviços de saúde. A partir do momento que o governo estadual passou a destacar em
158 torno de 3,5% para serviços de saúde o instituto foi fortalecido. Considera que é viável a
159 constituição de um instituto de saúde pública para os municipais. Manifesta que a intenção do
160 SIMPA é estabelecer o diálogo com a Administração Municipal a fim de que a proposta do IAMPA
161 possa ser concretizada, pois nem as renovações do convênio com a AFM, nem a contratação de
162 planos privados, solucionam a questão da saúde dos municipais. Considera que o PREVIMPA
163 pode contribuir técnica e politicamente para a implementação do IAMPA. Agradece o convite e a
164 atenção dispensada disponibilizando cópia do relatório financeiro do SIMPA do exercício de 2006.
165 O presidente Sérgio Brum agradece a presença da Sra. Carmem Padilha em nome do Conselho de
166 Administração manifestando que é importante que se lute pela saúde dos municipais. Em seguida
167 o conselheiro Gilmar procede a leitura da ata n.º 19/08, que foi aprovada pelo colegiado. Aberto
168 espaço para os informes a conselheiras Maris Honaiser comunica que analisou o relatório de
169 atividades do Conselho Fiscal relativo ao primeiro trimestre de 2008 em que consta a dívida da
170 Câmara Municipal com o PREVIMPA. Sugere a participação do Sr. Rogério Colpes, presidente
171 daquele Conselho, em Reunião do Conselho de Administração a fim de que se discutam alternativas
172 para a regularização da dívida. A conselheira Adriana manifesta que enquanto foi Diretora
173 Administrativo-Financeira se deparou com esta situação, referente a uma dívida da Câmara
174 Municipal referente à contribuição patronal do exercício de 2005. À época foi sugerido um encontro
175 de contas para solucionar a questão; contudo a L.C. 478/02 não prevê a compensação previdenciária
176 como forma de extinção do crédito. Na ocasião consultou a Assessoria Jurídica do PREVIMPA
177 para alterar a legislação e buscar o ressarcimento de forma retroativa a fim de regularizar a situação.
178 Manifesta que atualmente o assunto está para análise do Diretor Administrativo-Financeiro. O
179 presidente Sérgio Brum manifesta que o assunto pode ser analisado em reunião futura. Passando
180 para o segundo ponto de pauta o conselheiro e Diretor previdenciário Adeldo procede a leitura do
181 relato do Sistema SondaPrev, em que sugere a rescisão do contrato e ressarcimento dos valores já
182 repassados à PROCEMPA, uma vez que o produto contratado não foi entregue. Aberto espaço para
183 manifestações o conselheiro Cesar pergunta se o módulo do sistema que já foi entregue está sendo
184 utilizado. O conselheiro e Diretor previdenciário Adeldo manifesta que o módulo só poderá ser
185 utilizado desde que concluído o sistema. A conselheira Adriana manifesta ter dúvidas quanto à
186 possibilidade do ressarcimento tendo em vista que houve prestação de serviços. Manifesta que
187 também deve ser observada a questão jurídica relativa à possibilidade de rescisão do contrato, pois
188 o contrato está findo por decurso de prazo e não haveria mais prazo para rescisão. O Diretor
189 Administrativo Financeiro Alex da Trindade expõe ter dúvidas quanto à parte final do relato, quanto
190 ao pedido de ressarcimento, pois nenhum valor foi pago sem a devida prestação de serviços.
191 Manifesta preocupação quanto à sub-contratação irregular da empresa Advanced. Expõe que só há
192 possibilidade do PREVIMPA cancelar o contrato com a PROCEMPA. A conselheira Lourdes
193 complementa que no momento que o PREVIMPA solicitar o cancelamento do contrato com a
194 PROCEMPA, esta por sua vez também cancelará o contrato com a empresa Sonda. O Diretor
195 Administrativo Financeiro Alex da Trindade manifesta preocupação quanto a PROCEMPA ter
196 emitido faturas para pagamento antes mesmo de ter sido formalizado o contrato com o PREVIMPA.
197 Acrescenta que não foi designado oficialmente o fiscal do contrato e não foi registrado o período de
198 paralisação do projeto. A conselheira Valeska manifesta ter dúvidas quanto ao processo,
199 considerando que devam ser avaliados os três parceiros envolvidos: PREVIMPA, PROCEMPA e a
200 empresa Sonda. Dessa forma, para uma melhor avaliação, solicita vistas ao processo. O presidente
201 Sérgio Brum entende que deve haver um termo final para o contrato verificando as penalidades
202 cabíveis, pois o sistema não foi entregue. A conselheira Lourdes explica que, de acordo com a Lei
203 8666/93, deve-se formalizar o termo final do contrato e buscar as devidas indenizações previstas no

204 contrato e na legislação. A conselheira Maris Honaiser solicita esclarecimentos quanto à diferença
 205 dos valores apontada no relatório do Conselho de Administração em 05.09.2005. O Diretor-Geral
 206 Luiz Fernando Rigotti esclarece que a diferença de valores foi decorrente de cobrança de imposto
 207 de renda, que não havia sido repassado ao PREVIMPA. O conselheiro Omar manifesta dúvidas
 208 quanto à emissão de faturas para pagamento à PROCEMPA antes da assinatura do contrato. O
 209 Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti expõe que o objeto do contrato estava definido e já havia sido
 210 oferecido treinamento, explicando que por questões operacionais o contrato com a PROCEMPA foi
 211 formalizado posteriormente. A conselheira Lourdes esclarece que a contratação da empresa Sonda
 212 pela PROCEMPA foi exclusivamente para prestação de serviços ao PREVIMPA. A conselheira
 213 Maris Honaiser solicita esclarecimentos quanto a PROCEMPA ter enviado o termo aditivo II do
 214 projeto em outubro de 2006, e poucos dias depois a Direção-Geral do PREVIMPA solicitar a
 215 suspensão o contrato. O Diretor-Geral Luiz Fernando Rigotti esclarece que a empresa Sonda e a
 216 PROCEMPA já haviam paralisado o projeto e posteriormente foi formalizado o termo aditivo.
 217 Dessa forma, solicitou ao gerente do projeto informações sobre quando as atividades foram
 218 paralisadas bem como a justificativa a fim de que ficasse registrado no processo, pois até então
 219 estas informações não constavam no processo. Manifesta que o PREVIMPA está em negociação
 220 com a PROCEMPA para romper o contrato e também gostaria de levar o posicionamento do
 221 Conselho de Administração. Face o adiantado da hora o presidente Sérgio Brum sugere a conclusão
 222 da pauta para a próxima sessão, com um indicativo pela formalização do término do contrato, com
 223 as penalidades cabíveis. Em seguida o presidente Sérgio Brum comunica o recebimento do processo
 224 n.º 001.054619.07.6 relativo à Gratificação por Alcance de Metas Setoriais do PREVIMPA,
 225 sugerindo o adiamento na análise do processo por duas sessões. Em seguida os conselheiros
 226 acordam que a pauta para a próxima sessão será a discussão sobre o convênio com a AFM e
 227 conclusão do relato referente ao sistema SondaPrev. Encerrados os trabalhos foi lavrada a presente
 228 Ata que vai assinada por mim Gilmar Cardozo dos Santos conselheiro/secretário de mesa e pelos
 229 demais presentes.

230

231

232

233

234 Sérgio Luiz Brum – Presidente

Gilmar Cardozo dos Santos – Secretário

235

236

237

238 Adelto Rohr

Adriana Nunes Paltian

239

240

241

242 Carlos Adolfo Bernd

Cesar Marques Sarmento

243

244

245

246 Cláudio Meirelles Lago

Jardel de Borba Cunha

247

248

249

250 Liége Mentz

Lourdes Veneranda Camaratta

251

252

253

254 Marcos Antônio Saraçol Pereira

Maria Luiza Zanotta Urbanetto

255
256
257
258 Maris Regina Vieira Honaiser Omar Azambuja Condotta
259
260
261
262 Sueli de Fátima Mousquer Valeska do Canto Donini Zorawski
263
264
265
266 Vera Anita Silva da Conceição Jusselia Bengert Lima
267
268
269
270 Carlos Alberto Neis João Carlos Prates
271
272
273
274 Idalina Fagundes Venturini Antônio da Motta Gonçalves
275
276
277
278 Alexandre Miguel
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293
294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305